

30º Encontro Anual da ANPOCS
Caxambu, Outubro de 2006
GT 12 – Migrações Internacionais

Kachia Téchio¹

**(IN)DOCUMENTADOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS
DE IMIGRAÇÃO E LAÇOS TRANSNACIONAIS DE IMIGRANTES
BRASILEIROS EM QUATRO PAÍSES EUROPEUS²**

Resumo: A crescente onda de emigração brasileira para países da Europa nos últimos anos, apresenta aspectos ainda pouco conhecidos. As estratégias de imigração para este contexto são diversas. Numa perspectiva geral, a Europa pode ser vista como um destino relativamente homogêneo, por se tratar, na maioria dos casos, de países que pertencem à União Europeia. Contudo, as diferenças são grandes, devido às diversas condições sócio-económicas e políticas de imigração nos países de destino, e, ainda, devido a outros factores, reais ou imaginários, que influenciam a decisão de migrar: semelhanças culturais (Portugal e Espanha), laços familiares resultantes das diásporas europeias (Portugal e Itália), redes subterrâneas profissionais de inserção laboral (Inglaterra), entre outros. Nesta comunicação serão examinadas algumas das principais características da imigração brasileira actual para Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido, buscando-se verificar a aproximação ou afastamento com alguns dos conceitos apresentados por Portes (1999). Serão utilizados os resultados provisórios de uma pesquisa actualmente em curso, onde se procuram conhecer as características demográficas e sócio-económicas, as estratégias de imigração, os diferentes graus e modos de integração e inserção laboral, o seu grau de permanência ou circulação entre países (no contexto europeu ou noutros) e os diferentes tipos de ligação ao Brasil.

Palavras-chave: imigração brasileira, indocumentados

INTRODUÇÃO: ECONOMIA DE SERVIÇOS, MERCADO INFORMAL, ILEGALIDADE

Ao analisar o modelo de imigração do Sul da Europa, Ribas-Mateos e King (2005), observam que este “modelo” está associado ao papel e à posição especiais do sul da Europa pois sua economia pós agrícola foi dominada de forma consistente

¹ CEMME – Centro Estudos em Migração e Minorias Étnicas. Universidade Nova de Lisboa.

² * Este texto integra-se num trabalho mais vasto conducente à pesquisa de doutoramento em Antropologia sobre os trabalhadores brasileiros indocumentados na Europa do Sul e Inglaterra.

pelos “serviços”, característica que define a nova economia global das sociedades desenvolvidas. Porém, para além de uma economia pautada em serviços, estes autores identificam três aspectos determinantes na experiência de imigração que vem ultrapassar esta dependência na economia de serviços. São eles: “a natureza informal, embora segmentada, do seu mercado de trabalho, a presença de Estados-Providência, em geral, fracos em cada país e o papel especial – forte, mas em declínio – de uma sociedade familista, em que o estatuto e prestígio da família permanecem importantes” (Ribas-Mateos e King, 2006,p.191).

No que se refere ao contexto específico da Europa do Sul e de Portugal, a passagem da emigração para a imigração, segundo King e Ribas (2005), é resultado de três tendências: o rápido declínio da emigração nos anos 70³; a migração de regresso no pós guerra e a associada à descolonização⁴ e às mudanças políticas; e o rápido desenvolvimento dos fluxos de imigração, que encontraram os governos mal preparados em termos de formulação de políticas coerentes para fazerem face ao fluxo⁵ (King e Ribas, 2005).

A imigração indocumentada, na actualidade, torna-se tanto maior quanto mais generalizada for a presença de actividades ‘informais’, ou economia subterrânea, como é também o caso dos países da Europa do Sul, em particular Portugal e Espanha. De uma forma simples, os imigrantes chegam a estas regiões porque há oportunidades de trabalho específicas, geralmente trabalhos indesejáveis, mal remunerados, insalubres, perigosos e rejeitados pelos trabalhadores nacionais, com salários inferiores aos pagos no mesmo local por trabalhos equivalentes, mas que, porém, são superiores aos que estes imigrantes possuíam no país de origem, promovendo uma melhoria nas suas vidas e nas vidas de suas famílias no país de origem (King e Ribas, 2005).

Nos países da Europa do Sul tem sido verificada uma tensão social latente, colocando de um lado a necessidade económica e demográfica da imigração e, do

³ ‘Em Portugal a emigração durou mais tempo, especialmente a emigração para a Suíça e para a Alemanha. A Espanha é vista como o mais ‘médio’ dos países do Sul da Europa no que diz respeito à dinâmica migratória dos últimos trinta anos’. (King e Ribas, 2005, p.198)

⁴ ‘Os Retornados portugueses depois das guerras coloniais em Angola e Moçambique no início e meados da década de 70. Em muitos destes casos de regresso, os ‘retornados’ não eram migrantes retornados em sentido estrito, pois tinham nascido no estrangeiro, como filhos do ‘império’ ou da ‘diáspora’. (King e Ribas, 2005, p.199)

⁵ ‘As medidas adotadas tem tido tendência a ser reactivas e cada vez mais associadas à política partidária interna. O principal meio de actuação político foi uma série de regularizações ad hoc, que tiveram início em Espanha e Itália em meados da década de 1980’. (King e Ribas, 2005,p.204)

outro, uma reacção por vezes negativa da opinião pública face aos imigrantes. É por causa destas atitudes negativas ou moderadamente negativas que a integração dos imigrantes indocumentados se torna, também, mais problemática. Os governos hesitam sempre em anunciar medidas generosas, com receio de prejuízos eleitorais (Cornelius, 2004).

As políticas restritivas face a imigração, existentes nestes países, resultam também das pressões da União Europeia, que não pretende que as suas 'fronteiras externas' se tornem mais permeáveis. Também por isto, as políticas de integração de imigrantes indocumentados apresentam sempre objectivos limitados. As várias operações de regularização de imigrantes não tem sido muito efectivas, ou porque muitos imigrantes não se candidatam, ou porque os estatutos legais conferidos são precários, e vários dos migrantes voltam a cair na ilegalidade (Calavita, 2004).

Ainda, Calavita ao falar acerca das políticas de imigração em Itália e, em particular, da dificuldade que tem havido de regularizar os indocumentados - pois normalmente a quantidade de imigrantes que recorrem aos processos de regularização é menor do que o volume daqueles que se estimam estar em situação irregular -, afirma

(...) pode ser precisamente esta função de trabalhadores ilegais numa economia ilegal que limita a capacidade para os regular e regularizar. Por outras palavras, as características que tornam os chamados imigrantes do Terceiro Mundo atractivos para alguns sectores – a sua invisibilidade, marginalidade e vulnerabilidade – são exactamente as qualidades que tornam difícil controlar o seu emprego (através de sanções aos empregadores) ou legalizá-los (através de programas de regularização). (Calavita, 2004, p.363)

Estes factores formam o pano de fundo na intrincada rede onde se move a imigração indocumentada.

Nesse contexto, a migração brasileira internacional é um fenómeno recente⁶, o que justifica que os estudos sobre o assunto tenham uma análise que privilegie a busca

⁶ Os estudos de Sales (1991,1994,1995) apontam como marco inicial a segunda metade de década de 80. Estes estudos relacionam o início da imigração com a crise económica que atravessou o país na chamada 'década perdida'. Ainda, esta autora ao estudar o que foi a pioneira imigração internacional brasileira, de Governador Valadares para Boston, alerta para o fato de que ' a chamada década perdida foi na verdade muito mais do que uma época de recessão económica. Nela a sociedade brasileira se mobilizou e criou esperanças. O país se redemocratizou, segmentos da sociedade se organizaram politicamente, partidos e movimentos sociais foram criados, o povo foi as ruas para exigir eleições

de suas causas. Esta pesquisa não pretende aprofundar-se sobre este aspecto, mas, não se furtará a citar alguns pontos relevantes da questão: o Brasil aportou no século XXI com uma máquina industrial moderna e diversificada e um sector de agro negócios que lhe confere liderança mundial em vários sectores⁷. No entanto, a estrutura ocupacional reflecte o atraso social do país⁸, onde 70% da economia é informal e a taxa de desemprego aberto é de 12,4%, superando portanto a média latino americana de 11%. Segundo dados da OIT – Organização Internacional do Trabalho - o desemprego na América Latina e no Caribe, afecta 19 milhões de pessoas, dos quais 10 milhões são brasileiros. Assim, o trabalho precário e o sub emprego constituem um grande desafio, a não ser que consideremos que a informalidade seja uma solução e não um problema.

Segundo Sachs (2004) para acomodar os novos contingentes que entram na força de trabalho, de ordem de 1,5 milhão, e saldar a imensa dívida social acumulada sob a forma de desemprego e sub emprego durante quarenta anos de crescimento económico e de modernização rápidos porem socialmente perversos, seguidos de mais de duas décadas quase perdidas. Ainda, ‘no ano de 2003 a taxa de crescimento foi praticamente nula, o rendimento médio do trabalho caiu nas zonas metropolitanas de 12,9%, caindo pelo sexto ano consecutivo, e a taxa de desemprego só não aumentou porque foram criados numerosos sub empregos sem rendimento monetário ou com rendimentos abaixo de um salário mínimo’ (Sachs, 2004, p.3), e, dessa forma, o aumento do trabalho precário foi a principal característica do mercado brasileiro em 2003. O Brasil precisa se transformar numa gigantesca ‘fábrica de empregos’ e não esta isolado frente a este desafio. Praticamente o mundo inteiro está as voltas com a epidemia de crescimento sem emprego.

directas para presidente (...) a inflação, o desemprego e a recessão não vieram sozinhos, mas junto com muitas perspectivas promissoras (...) o factor político teve portanto um peso na balança dessas migrações internacionais brasileiras, se se considerarem as esperanças e frustrações dos primeiros anos de nossa redemocratização. (Sales, 2005).

⁷ O Brasil vende 29% de todo o açúcar, 28,5% do café em grão e 43,6% do café solúvel consumidos no mundo. Assumiu a liderança em vendas de carne bovina em 2003 com 19% de participação no mercado mundial. É o primeiro em vendas de carne de frango com exportações de 1,9 bilhão de dólares, detém 38,4% do mercado mundial de soja em grão, vende 23,1% do tabaco consumido no mundo e 81,9% do suco de laranja (Veja, 14 de Janeiro de 2004)

⁸ Em 2002 os empregados sem carteira assinada representavam 24,2% da PEA e os empregados por conta própria 22,3%. Ainda, 4,2% das pessoas ocupadas trabalhavam unicamente para o próprio consumo, e 11,7% não tinham nenhum rendimento monetário. 27,1% dos trabalhadores tinham rendimentos inferiores ou iguais a um salário mínimo, 26,3% de um a dois salários mínimos, 12,4% de dois a três salários mínimos, enquanto apenas 1,3% superava os vinte salários mínimos.

Este texto divide-se em duas partes: inicialmente apresenta-se um panorama sócio demográfico registrado a partir de trabalhos de campo realizados entre 2005 e 2006 em Itália, Portugal, Espanha e Inglaterra através de entrevistas e questionários aplicados a trinta brasileiros indocumentados em cada país; na segunda parte busca-se traçar um pano de fundo comparativo entre os aspectos abordados.

1 ALGUMAS ILUSTRAÇÕES INICIAIS

1.1 PORTUGAL: ESSE PORTUGUÊS NÃO É DAQUI

No contexto da imigração brasileira indocumentada em Portugal, em recente Workshop realizado pela OIM – Organização Internacional para as Migrações em conjunto com CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e diversos órgãos públicos portugueses, associações de imigrantes e associações acadêmicas⁹, uma das observações teve-se a que “os dados estatísticos não conseguem captar os números reais dos fluxos migratórios, dado que a maioria dos fluxos mais recentes são de origem informal” e, desta forma uma das principais recomendações foi que “estes poderão ser captados através de um trabalho directo com as comunidades, no qual as associações de imigrantes poderão desempenhar um papel relevante” (Relatório do workshop, 2006). Ainda nesta reunião foi confirmada “a importância fulcral das diásporas no desenvolvimento económico, social e cultural das sociedades envolvidas nas dinâmicas migratórias e, conseqüentemente, a necessidade de potenciar o seu contributo quer no país de origem, quer no país de acolhimento e prosseguir com a implementação de políticas activas de integração das comunidades de imigrantes em Portugal, nomeadamente no reforço dos direitos e deveres sociais, civis, políticos e económicos, numa expressão plena de cidadania”. Nesse sentido, existem elementos que nos permitem dizer que uma aproximação entre sindicatos e imigrantes, existe em Portugal:

As duas maiores confederações sindicais, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical (CGTPIN) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), têm sido particularmente sensíveis aos

⁹ IPAD – Instituto Português para o Desenvolvimento, ACIME – Alto comissariado para Migrações e Minorias Étnicas, Casa do Brasil, etc.
Em: [http://www.un.int/iom/Workshop%20Recommendations%20\(Portuguese\).doc](http://www.un.int/iom/Workshop%20Recommendations%20(Portuguese).doc). Acessado em 07.09.2006.

problemas da integração dos migrantes. Através dos seus departamentos de migrações, os sindicatos desenvolveram estratégias múltiplas para promover a integração dos imigrantes. Para Carlos Trindade, o director do Departamento de Migrações da CGTPIN, a sindicalização dos imigrantes (legais ou ilegais) é entendida como um ‘elemento fundamental de socialização e, portanto, uma contribuição importante para a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa’. Espera-se que o envolvimento directo dos imigrantes nos sindicatos possa fortalecer as oportunidades dos migrantes de participarem na sociedade portuguesa. Ambas as federações sindicais têm desempenhado um papel crucial na politização das questões migratórias, nomeadamente discriminação, ilegalidade, e exclusão social’ (Horta, 2004,p. 58-59)

Ainda, no que se refere ao contexto Português, cabe registrar os cinco processos de legalizações extraordinárias ocorridos em Portugal. O primeiro realizado de outubro de 1992 a março de 1993¹⁰, e o segundo em 1996, incluíram todos os estrangeiros que conseguissem comprovar ser residentes em Portugal por um determinado número de meses antes da regularização. Na primeira campanha aproximadamente 80.000 pessoas se inscreveram, porém, somente 38.400 estrangeiros foram regularizados. No segundo processo extraordinário (junho / dezembro 1996), aproximadamente 35.000 imigrantes inscreveram-se e 31.000 licenças de residência foram emitidas.

O terceiro processo ocorreu entre janeiro e Novembro de 2001, e teve como base a situação laboral. Esta campanha alvejou trabalhadores estrangeiros com contratos de trabalho válidos - excluiu trabalhadores independentes e a população não activa (à excepção dos sócios formais e das crianças menores, filhos dos imigrantes regularizados). Aproximadamente 185.000 estrangeiros regularizaram sua situação nesta ocasião e obtiveram as autorizações de permanência (AP) - criadas especificamente para as pessoas regularizadas neste período. As autorizações de permanência permitiam que seu portador permanecesse em Portugal por um período de um ano, o qual poderia ser renovado por quatro vezes, se na ocasião, o imigrante comprovasse manter um contrato de trabalho válido.

Em 2003, um acordo especial assinado entre Portugal e Brasil, popularizado entre os imigrantes como ‘acordo Lula’, permitia a regularização de trabalhadores

¹⁰ “Durante o processo de regularização extraordinária de 1992-93 pediram a regularização da sua situação clandestina 39.166 estrangeiros. Segundo o SEF (1997), este processo foi responsável pelo aumento anormal de imigrantes estatisticamente registado em 1993 e 1994 (10,7% e 14,7%, respectivamente).” In, Bastos e Bastos (1999, p.32)

brasileiros estabelecidos em Portugal e também os trabalhadores portugueses irregulares que viviam no Brasil. As principais considerações que permearam a tomada de decisão e conduziram a formulação deste acordo dizem respeito a aspectos históricos, culturais e aos laços económicos especiais entre Brasil e Portugal, bem como o debate sobre as condições dos imigrantes brasileiros que trabalhavam em Portugal.

Em 2004, a publicação do decreto normativo N. 6/2004, de 26 de abril, regulava as disposições do Decreto-Lei nº 34/2003 sobre a entrada, estada e saída de estrangeiros não europeus em Portugal, incluindo o artigo n.71 que abria a possibilidade de regularização aos trabalhadores estrangeiros não europeus que conseguissem provar sua condição activa no mercado laboral português antes de 12 março de 2003 (data em que a lei no. 34/2003 do decreto foi incorporada). O período de regularização iniciou no mês de abril e terminou em junho 2004. Neste período, os trabalhadores estrangeiros que se consideravam na posição abrangida pelo decreto, tiveram oportunidade de regularizar sua situação (deveriam ter sido inseridos no mercado laboral português antes de 12 março 2003 e comprovar pagamentos e contribuições do imposto à segurança social nacional por um período, não inferior a três meses anteriores à data mencionada). Aproximadamente 40 000 inscrições foram recebidas, e diversas delas ainda estão sendo analisadas pelo SEF e pela inspecção-geral do trabalho¹¹.

Não obstante todos os esforços empreendidos, os imigrantes “indocumentados” navegam com o cabo da nau solto. Eis aqui um dos focos de problema: o período laboral praticado pelas pequenas e micro empresas em Portugal não se inscreve em parâmetros laborais adequados aos trabalhadores, ou até se inscreve, porém, no caso dos trabalhadores imigrantes indocumentados, não pratica. Encontra-se principalmente nos meses de verão indivíduos, trabalhando dezesseis horas por dia, sete dias por semana, sem contrato, e portanto, sem qualquer tipo de direito. Outros trabalham em mais de um emprego, perfazendo quase sempre as mesmas dezesseis horas diárias ou mais.

Os empresários são bastante cuidadosos ao lidar com trabalhadores indocumentados, além de não haver um contrato, não fazem registros das horas

¹¹ Anexo 1 - quadro 1 apresenta os números totais referentes a concessão de autorizações de residência (AR) e autorizações de permanência (AP) a estrangeiros em geral e especificamente a brasileiros nos últimos anos em Portugal.

trabalhadas, no período do verão não há folgas semanais e os valores pagos não incluem horas extras. Ainda, os pagamentos são realizados em moeda, ficando desta forma poucas possibilidades de comprovar os serviços prestados, a não ser pela ‘palavra’ dos trabalhadores, o que no caso dos imigrantes brasileiros historicamente estereotipados (Machado, 2004) acaba valendo quase nada. O número de imigrantes nesta época eleva-se consideravelmente, o que faz com que os empresários disponham de um estoque de mão de obra passível de abusos. Não irei aqui tratar das questões de sonegação de impostos, e outras, praticadas pelos empregadores e dos consequentes prejuízos para o Estado português.¹²

As raras operações de verificação realizadas pelo SEF não chegam a surpreender os empresário, pois antes que o carro do SEF chegue à Costa, os empregadores são, de alguma forma, informados e mandam os trabalhadores sem documentos para casa. Assim, os imigrantes ‘agradecem’ as raras aparições do SEF, não porque esta entidade vá atenuar seus problemas, mas sim, porque no dia em que fazem suas operações eles recebem uma inesperada ‘folga’. A maioria desses indivíduos sequer conhece a Acime ou a Casa do Brasil, ora porque estes órgãos estão em Lisboa, e estes sujeitos trabalham em horários dilatadíssimos, muitas vezes sem uma folga semanal [no verão é comum não terem folga e não podem reclamar pois há sempre outro imigrante para substituí-lo ‘é pegar ou largar’], ora porque tem receio de serem denunciados

Assim, em Portugal, os imigrantes indocumentados, apesar de terem domínio da língua, somente conseguem atingir um patamar salarial mais elevado após 2,5 anos. Esta melhoria é conseguida através do conhecimento que obtêm do funcionamento dos mecanismos do comércio. A maioria destes sujeitos, além de ter um trabalho mais estável, passam a operar como pequenos empreendedores, a terceirizar serviços na construção civil e, até mesmo, a ofertar trabalho a outros imigrantes.

¹² Nesse aspecto Lopes (2003,p.85) aponta ‘ não podemos permitir, de forma nenhuma, é que a imigração clandestina venha desequilibrar e desregular as relações de trabalho, já de si tão frágeis e tão atacadas, no nosso país [Portugal], que venha permitir que ‘empresários’ sem escrúpulos utilizem os imigrantes ilegais como mão de obra barata e sem direitos para desequilibrarem o mercado de trabalho, prejudicando, em simultâneo esses imigrantes, que por vezes são tratados quase como escravos, os imigrantes legais e os trabalhadores portugueses que perdem seus postos de trabalho para esses ‘novos escravos’ e a sociedade portuguesa em geral, já que esses ‘empresários’ obviamente, não pagam os impostos e descontos referentes a esses imigrantes ilegais, burlando assim o fisco e a Segurança Social’.

1.2 ESPANHA: COMUNIDADES VIRTUAIS HUMANIZANDO A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

Segundo dados da Embaixada Brasileira em Madri, em 2002, contavam-se 24.036 imigrantes brasileiros na Espanha. No ano seguinte somavam cerca de 30 mil, dos quais, segundo dados do Ministério do Interior da Espanha, apenas 18.146 tinham documentação legal. Em 2005, após o processo extraordinário de regularização, no qual foram legalizados 10.431 brasileiros, o número subiu para 50 mil, ficando cerca de 40 mil legalizados.

Na Espanha dos 30 entrevistados, 43,8% vem do Paraná - destes 21,9% de Curitiba e 9,4%, respectivamente, de Maringá e Londrina. No sul, ainda temos 3,1% de Santa Catarina e 3,1% do Rio Grande do Sul (tabela 1).

Nessa amostra, 84,4% dos entrevistados utilizam a Internet com frequência para contactos locais e com o exterior. Este perfil 'internauta' encontrado nos imigrantes brasileiros em Espanha pode ter origem em dois factores: os índices de formação escolar mais elevados e as ocupações destes indivíduos no país de origem. Estes imigrantes utilizadores de Internet juntam-se a um sem fim de outros usuários e formam uma 'comunidade virtual' que se encontra, diariamente, para trocar diversas informações como: regularização, acesso a moradia, formas económicas de lazer, e, principalmente, acesso ao trabalho. Esta comunidade virtual se funde e interconecta com outras comunidades de brasileiros vivendo em outros países (Itália, Inglaterra, EUA, Portugal). Fazendo surgir o que se poderia chamar de comunidades virtuais transnacionais, um espaço onde se desenvolve uma nova forma de 'humanização' da experiência migratória.

O perfil destes imigrantes é de jovens, solteiros, com idades entre 18 a 25 anos (37,5%). Algumas entrevistas com brasileiros documentados, com estadias há mais de 6 anos, permitiram verificar que após obter documentos e estabilidade estes sujeitos buscam formar uma família e fixar-se na Espanha. Neste aspecto encontrei vários casais de brasileiros com idades entre 26 e 30 anos (34,4%) tendo o primeiro ou segundo filho na Espanha, devido as óptimas condições de saúde e educação pública, prestadas inclusive aos indocumentados.

No país de origem, 28,1% destes imigrantes desempenhavam funções laborais na área administrativa, 12,5% na indústria pesada e 12,5% eram estudantes que ainda não haviam tido o primeiro emprego (tabela 9). Em Madri, 40,0% dos interlocutores trabalham na construção civil e 28,1% em serviços domésticos (tabela 7) trabalhando

entre 41 a 60 horas semanais (46,9%).

1.3 INGLATERRA: I AM NOT DOG NO

Na Inglaterra um imigrante encontra sérias barreiras para conseguir legalizar-se, pode-se dizer que é quase impossível obter permissão de trabalho. No entanto, há uma falha na burocracia, que foi descoberta e é utilizada pelos imigrantes como meio de inserção. Um trabalhador deve ter um registro chamado “ensurance number”, que será utilizado pelo empregador para a recolha de impostos. Ao chegar na Inglaterra é possível fazer-se este registro com o passaporte, informando que o processo de ‘legalização’ esta em “andamento”. O correcto, ao se pedir a emissão deste documento, seria apresentar uma autorização de residência. Porém, a contrapartida para este óbvio “fechar de olhos” do funcionário do órgão de recolha de impostos, pode estar no fato de que ao final de cada ano, o trabalhador tem direito a restituição de aproximadamente 20% dos impostos recolhidos e obviamente aquele trabalhador ‘ilegal’ não ira fazer o pedido de restituição pois isso implicara em entregar uma série de outros documentos que não possui, correndo o risco de ser “encontrado”, dessa forma os tais 20% de impostos pagos por um trabalhador indocumentado permanecem nos cofres públicos e juntam-se a outros inúmeros casos.

Ainda, o “ensurance number” pode ser feito com nome falso, por aqueles indivíduos que preferem manter seu nome ‘em ordem’ para o caso de ocorrer algum processo de legalização extraordinário. Obtido o ensurante number ‘falso’ os imigrantes brasileiros passam a segunda barreira: a língua, e, assim inicialmente ficam a mercê da exploração laboral de outros brasileiros.

Os homens, em sua maioria, trabalham na construção civil, e chegam a receber 20 euros por dia, quando o mínimo para esta função seria de 50. As mulheres inserem-se na prestação de serviços: “baby dog”, limpeza de escritórios e casas, camareiras, auxiliar de cozinha, etc., onde desempenham as funções mais básicas, lavar louças, limpar chão, etc, que não requerem contacto directo com clientes.

O perfil do brasileiro na Inglaterra esta num pólo oposto ao encontrado em Portugal, Espanha e Itália no que se refere a formação escolar. Dos 30 entrevistados , 40,0% possuíam graduação incompleta, 23,0% graduação completa e ainda 6 entrevistados haviam concluído pós graduação e mestrado (tabela 6).. Assim, pode-se

encontrar uma senhora com mestrado em educação fazendo serviços de “baby dog”. (pode-se dizer que na Inglaterra há preocupação com a educação dos cães?)

A formação escolar destes indivíduos não modifica sua inserção laboral, pode ocorrer que após o domínio da língua e após compreender os meandros laborais e burocráticos do país receptor, o sujeito consiga encontrar/criar melhores oportunidades. Por exemplo, a senhora que inicialmente trabalhou como baby siter, após estar há dois anos em Londres, compreender aspectos do funcionamento da prestação de serviços e conhecer e obter apoio de pessoas nacionais, pode criar sua pequena rede de prestação de serviços de baby dog, baby siter, serviços de limpeza, etc e empregar as imigrantes recém chegadas, passando de explorada a semi-explorada e exploradora.

Estas relações se desenvolvem dentro das redes de confiança, porem, aqui é preciso reiterar o significado da palavra “confiança”, não significa necessariamente que o indivíduo possa se sentir seguro. Há um limite bastante pequeno de coisas que um indivíduo pode ou não fazer dentro dessas redes. Por exemplo, usando o exemplo da mesma entrevistada: ela possui uma casa onde abriga 16 imigrantes, todos indocumentados, cobra renda e lhes oferece trabalho, porem as regras da casa quanto a limpeza, horários, silencio, utilização da casa de banho, etc são extremamente rígidas e ainda, há que se manter o humor da senhora elevado. Neste aspecto, presenciei cenas em que algumas brasileiras traziam uma flor, um pedaço de bolo e ofereciam-se para lavar a louça mesmo fora do “seu dia” como estratégia para manter uma política de boa vizinhança com a proprietária do apartamento.

Ainda, a pressão do tempo é sentida com uma força superior a que encontrei nos demais países. Em Inglaterra trabalha-se a horas, e ao não estar trabalhando um indivíduo tem consciência clara de quantas libras ou de quantos ‘reais’ deixa de receber. Considerando que o normal seria um sujeito receber 40 libras por dia, (observando-se o cambio) isso pode significar receber um salário mínimo brasileiro a cada três dias. Dessa forma, 60,0% dos interlocutores apontaram trabalhar entre 61 e 80 horas semanais (tabela 8). A pressão económica exercida sobre estes indivíduos, pela família e por si mesmos é absurdamente forte. A postura sobre um possível retorno ao Brasil é clara: somente após juntar a quantia que se propôs, e, na busca desenfreada por juntar esta quantia o mais rápido possível, o imigrante precisa buscar actividades que lhe paguem melhor e assim, uma das opções é tornar-se cliente da rede de falsificação de documentos que opera com extensões em Portugal. Um sujeito

pode tornar-se ‘portugues’, obter certidão de nascimento, B.I. e passaporte em menos de dois meses. De posse destes documentos conseguem se fichar nas cooperativas de trabalho e abrir contas em bancos. Em alguns casos observei que esta rede de falsificação de documentos também opera em conjunto com pessoas internas de bancos. Estes imigrantes, em algum momento, podem ser convidados a utilizar sua conta para lavagem de dinheiro. Assim, recebem de forma mais rápida os 5 ou 10 mil libras que desejam, e que trabalhando iriam demorar um ano ou mais para juntar. Os futuros problemas jurídicos gerados por este tipo de implicação ilegal, no momento, não são questionados por estes sujeitos.

As actividades desenvolvidas pelos brasileiros indocumentados em Londres apontam para 40,0% na construção civil, 23,3% no ramo de alimentação (basicamente lavando louças, sem contacto com clientes) e 20,0% nos serviços domésticos e limpeza (refere-se a serviços de limpeza, quando os proprietários não se encontram em casa, cuidar de cães, limpar escritórios no turno da noite, lavar calçadas, janelas, etc), (tabela 7). No Brasil, 23,3% destes interlocutores ocupavam postos na área académica (professores de matemática para nível médio, mestres em educação, professores de económica e administração) e 20,0% ocupavam cargos na área administrativa e 16,7% eram estudantes (tabela 7).

1.4 ITÁLIA: BRASILEIROS OU “ITALIANOS” NASCIDOS NO BRASIL?

Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estatísticas da Itália (INSTAT) constatou que há 1,2 milhão de estrangeiros empregados, o que representa 5,4% da força do trabalho do país. Deste total, 90% são provenientes de países não-pertencentes à União Europeia e em cada dez, seis são homens. A maioria se estabelece no norte da Itália, 25% no centro e cerca de 11% no sul, onde, de acordo com o INSTAT – que pela primeira vez publica um estudo sobre o tema - os imigrantes, normalmente, passam um período de transição antes de emigrar para o norte. O relatório também destacou que, no último trimestre de 2005, o nível de ocupação entre os estrangeiros era 8% superior ao patamar dos que nasceram na Itália (57,4%). Outro dado constatado é que 33% dos imigrantes com emprego prestam serviços não qualificados, contra 10% dos italianos, e 40% deles possuem alguma licenciatura universitária, entretanto, actuam em trabalhos que não exigem qualificação. A pesquisa do INSTAT confirma um estudo da Fundação Iniciativas e

Estudos sobre Multi-etnicidade (ISMU) apresentado no último dia 27 de Março de 2006 em Milão. O documento estimou que há mais de 3,3 milhões de imigrantes na Itália procedentes de regiões “com uma forte pressão migratória”, ou seja, dos países mais pobres. O número representa 5,7% da população total do país.

Este quadro detectado pelo INSTAT na Itália não representa os imigrantes indocumentados. Nas verificações iniciais no trabalho de campo que realizei de Janeiro a Março deste ano, pude constatar que o nível de escolaridade dos imigrantes brasileiros, em grande parte, refere-se a menos de dez anos de estudos, não se enquadrando no perfil detectado pelo INSTAT (talvez por este órgão ter analisado apenas a imigração documentada).

Observei uma nova corrente migratória em formação: do sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina – em oposição ao maior e mais antigo ponto de origem: Minas Gerais) explicada em parte por estes estados terem se constituídos pela migração italiana. Estes imigrantes, chegam a Itália como turistas, permanecem de forma ilegal, porem tem o sonho de conseguir sua dupla cidadania. Nesta nova corrente, encontrei um número considerável de sujeitos vindos do campo. No período de Janeiro a Março de 2006 acompanhei a entrada de quarenta sujeitos, oriundos da mesma região (oeste do Paraná) e com planos/datas previstas para a vinda de outros membros: esposa, irmão, namorada ou filhos, fomentada pela forte seca que atingiu o sul do Brasil nos últimos dois anos, levando um agricultor a receber 35 reais por um saco de soja enquanto o custo de plantio foi de 70 reais. Em anos anteriores diante dos mesmos problemas de safra, estes sujeitos optavam por fazer empréstimos garantidos pelo governo e agora, optam por imigrar. para trabalhar na construção civil, e nos campos do sul da Itália. Este novo movimento merece estudos mais aprofundados.

Outra das características que diferenciam o imigrante brasileiro em Itália dos demais países da Europa do sul, é que, apesar dos inúmeros desafios e conflitos que permeiam sua integração, estabelecimento e acesso ao mercado de trabalho, sistema de saúde e ensino, direitos de cidadania e habitação, estes portam consigo suas famílias: esposa e filhos, bem como promovem mais rápida e fortemente a imigração de demais membros da família: irmãos, cunhados, sobrinhos, etc, pois encontram em Itália um “sentimento solidário¹³” com as gerações de “italianos” que nasceram no

¹³ Essa “solidariedade” se traduz em doações de roupas, móveis e até veículos usados aos novos imigrantes, bem como apoio no acesso a saúde e ensino. Presenciei o estabelecimento de uma família com três filhos menores de 10 anos, os vizinhos italianos visitavam com frequência a casa destes

Brasil, como são tratados os brasileiros provenientes do sul do Brasil¹⁴. Esse sentimento pode ou não encontrar eco na realidade documental do imigrante, pois, se por um lado grande parte dos brasileiros que migram para Itália de facto possuem uma linha de descendência, em muitos casos esta descendência é “produzida” imaginariamente como forma de não decepcionar um possível desejo observado na sociedade local, de cultivar na relação com estes imigrantes reverência a lembrança dos “bravos e corajosos” italianos da região da Lombardia e do Veneto que a partir de 1885 embarcavam em navios rumo a uma terra desconhecida, onde de colonos explorados como mão-de-obra barata, pela força de seu trabalho se tornaram importantes fundadores do próspero sul Brasileiro, que até os dias actuais guarda fortes marcas desta colonização com cidades de estrutura e cultura próprias, tipicamente italianas.¹⁵

imigrantes e ofereciam desde brinquedos para as crianças, roupas, calçados, louças, panelas, artigos de cozinha, móveis, colchões, cobertores e etc, ao ponto de após um mês a dona da casa ter que recusar as doações por já não haver necessidade nem espaço para alojar os inúmeros casados de frio e objectos em geral.. Entre os imigrantes já é conhecida a “generosidade italiana”, tanto que ao programar a chegada de algum novo imigrante, este é tranquilizado sobre possíveis despesas que evitará através das doações.¹⁴ Apesar de pensada como discreta a imigração italiana para Minas Gerais, entre 1894 e 1901 há registros de entrada de quase cinquenta mil imigrantes, todos triados na Hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora. Criada em 1888, essa hospedaria foi desactivada em 1910 e todos os seus livros remetidos para o Arquivo Publico Mineiro (APM), em Belo Horizonte onde é possível consultá-los e obter cópias de suas páginas.

¹⁵ Cidades de predominância italiana: Garibaldi, inicialmente denominada de colônia de Conde d'Eu, Bento Gonçalves, inicialmente Colônia Dona Isabel, fundadas em 1870, o governo firmou contrato com duas empresas privadas que deveriam introduzir 40 mil colonos num prazo de dez anos. Mas, como normalmente acontecia com esse tipo de contrato o sucesso foi pouco. Em 1872 chegaram 1.354 imigrantes, no ano seguinte 1.607, no de 1874 foram 580 e no de 1875 só 315. Os motivos para isto foram vários. Na Europa Central, e em especial na Alemanha, havia uma prevenção generalizada contra o Brasil - que era visto como um local onde os imigrantes sofriam privações. Além disso, o governo provincial pagava menos para os transportadores do que o governo central, o que os desestimulava. Quanto aos próprios imigrantes, preferiam ficar no sopé da serra, nas áreas já colonizadas, do que se arriscarem mato adentro. Por isto em 1874 só 19 lotes de Conde d'Eu estavam sendo cultivados, com apenas 74 pessoas vivendo no local. Desestimulado por esse quadro de insucesso, o governo provincial desistiu de administrar a colonização da área, e repassou-a para o governo central.

É a partir de 1875 - sob a administração da União - que chegam as primeiras levas de italianos para Conde D'Eu e Dona Isabel. No mesmo ano - 1875 - foi criada a colônia Caxias, no local chamado pelos tropeiros que subiam a serra em direcção a Bom Jesus de "Campo dos Bugres". Dois anos depois, em 1877, foi criada uma nova colônia para imigrantes italianos, a de Silveira Martins, em terras de mato próximas de Santa Maria. Essas quatro colônias oficiais foram o núcleo básico da colonização italiana que, a partir dali, em uma primeira etapa, transbordaria para regiões próximas, que foram ocupadas por colônias particulares, e mais tarde atingiria o planalto. Também o governo imperial (pouco depois federal) criou as colônias italianas de Mariana Pimentel (1888), Barão do Triunfo (1888), Vila Nova de Santo Antonio (1888), Jaguari (1889), Ernesto Alves (1890) e Marquês do Herval (1891). A partir da Proclamação da República houve a preocupação de que as colônias criadas fossem mistas, com membros de várias etnias. Mas a idéia teve sucesso apenas parcial, pois geralmente os colonos se remanejavam, reagrupando-se, por iniciativa própria, segundo seus grupos étnicos. In, <http://www.riogrande.com.br/historia/colonizacao5.htm>. Acessado em 08.09.2006.

Os dados iniciais recolhidos em Itália apontam que 63,3% da nova imigração brasileira é feminina (tabela 2), 46,7 % são sujeitos divorciados, 30,0% são solteiros (tabela 3) e as faixas etárias variam entre 23,3% (de 31 a 35 anos), 20,0% (de 18 a 25 anos), 16,7% (entre 26 a 30 e 41 a 45 anos) e curiosamente um percentual de 13,3% de sujeitos do sexo feminino com idades entre 46 a 50 anos (tabela 4). Até este momento, entre os países analisados, não foi registrada esta situação de imigração bastante “tardia”.

Na amostra colectada com 30 entrevistados, indocumentados, chegados há menos de dois anos; 19 eram do sexo feminino e destas, 8 eram mulheres com mais de 45 anos. Trata-se de sujeitos com baixa escolaridade, divorciadas que vêm na migração uma última possibilidade de garantir o acesso dos filhos à universidades e uma aposentadoria/reforma mais tranquila. Em alguns casos este sonho de melhoria económica também vem acompanhado do sonho de encontrar uma ‘cópia’. Como não possuem formação profissional, nem documentos, não podem se registrar nas cooperativas de trabalho e assim assumem postos de trabalho como mulher de limpezas e principalmente como acompanhante de idosos em casas particulares onde a fiscalização não as encontra e onde ficam expostas ao assédio sexual por parte destes idosos. Em muitos dos casos o sonho de dar aos filhos perspectivas diferentes das que teve para si leva essas mulheres trabalhadoras cederem as pressões sexuais e ocultarem de suas famílias mais uma entre as muitas faces trágicas do trabalho imigrante.

Ainda, relativamente a amostra colectada 86,7% dos entrevistados argumentam compreender bem a língua (tabela 5) o que pode encontrar fundamento em parte ao se observar os estados de origem no Brasil, sendo 33,0% oriundos do Paraná e 13,3% de Santa Catarina, estados com forte presença da colonização italiana. Ainda, o estado de Minas Gerais aparece com um percentual de 20,0% e Goiás e São Paulo com 13,3% (tabela 1) Estes imigrantes possuem ensino médio completo (50,0%) (tabela 6) e 33,3% deles ocupavam, no Brasil, postos de trabalho ligados ao comércio (tabela 9). Na Itália 36,6% trabalham em serviços domésticos e 23,3% na construção civil. (tabela 7) e 66,7% trabalham entre 41 a 60 horas semanais (tabela 8)

2 BREVES CRUZAMENTOS E ANÁLISES

No contexto da imigração indocumentada, é frágil e ténue a fronteira que separa o legal do ilegal, a ordem da desordem, pois os imigrantes fazem parte de um mundo não oficial, cujas práticas, porém, embora oficialmente proibidas, são tacitamente permitidas e convivem lado a lado e pacificamente com o que se chama de vida oficial e legal.

Para Papastergiadis (2000) a migração continuará a ser uma força dinâmica na constituição das sociedades modernas e suscitará fluxos turbulentos de pessoas com padrões de circulação que contrariam e atravessam as necessidades económicas e as medidas políticas. Ainda, Castles afirma que ‘a migração motivada pela procura de trabalho surgirá como única solução para milhares de pessoas’ (2005,p.70).

Cruzando este cenário com os dados obtidos nas amostras, analisaremos alguns conceitos apontados por Portes (1999).

Numa análise superficial, as características de idade e estado civil, encontrados na amostra, tenderiam à construção da ideia de que esta recente vaga de imigração é económica, podendo-se, ainda, reforçar esta imagem ao verificar-se os quadros de razão da imigração. Porém, ao aprofundar a investigação através das observações participantes e dos relatos recolhidos iremos desconstruir esta imagem e dar espaço a factores que revelam outros determinantes, reforçando os apontamentos de Portes (1999) de que ‘as determinantes da imigração não radicam na pobreza ou nas diferenças absolutas de salários entre países receptores e emissores. Os mais pobres raramente emigram, fazem-no antes aqueles sectores mais afectados pela disparidade dentro do país de partida entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar’ (1999, p.3)

Ainda, as consequências do refinamento histórico das formas de exploração, perpetuação e aprofundamento da divisão da sociedade em classes económicas têm como resultado a formação de guetos, expressão extrema da negação do conceito de comunidade. Como afirma Bauman (2003), se a ideia de comunidade foi destruída, a de comunitarismo como ‘pertencer a’, continua uma demanda em nossa sociedade. Essa demanda estaria orientada, segundo o autor, nas duas formas de autoridades possíveis no mundo contemporâneo: a autoridade dos especialistas – geralmente a classe que tem acesso aos bens culturais – e a autoridade numérica – em que o conceito de identidade como categoria ‘mental’, por oposição a uma categorização

económica que já não dá mais conta de explicar a realidade, procura estabelecer marcos explicativos que dêem conta da multiplicidade dos entes sociais

Os espaços onde esta pesquisa se desenvolveu são permeados pela disseminação de um discurso¹⁶, criado pelos próprios indivíduos, através da escolha de elementos aptos ou inadequados a integrar a ‘comunidade’, visando a construção de uma confiança pautada na ‘identidade colectiva’, bem como a manutenção de comportamentos necessários a organização das novas comunidades.

Ainda, ao contrário de e em paralelo às grandes massas, temos os poucos bem sucedidos que não se importam com a ideia de comunidade – preferem o isolamento. Partindo do pressuposto da escolha racional, o autor afirma que o cálculo individual desses sujeitos tem como resultado o entendimento de que não ganhariam nada permanecendo a comunidade. A auto independência económica contrapõem-se ao espírito de comunidade gerando o novo cosmopolitismo dos bem sucedidos. Sobre o termo cosmopolita, Cohen aponta

Um dos motivos por que o cosmopolitismo adquiriu um novo encanto é porque o termo parece representar uma confluência de ideias progressivas e novas perspectivas relevantes para os nossos tempos culturalmente cruzados, bombardeados pelos meios de comunicação social, ricos em informações, dominados pelo capitalismo e politicamente plurais. O cosmopolitismo sugere algo que simultaneamente, (a) transcende o aparentemente gasto modelo de Estado-nação, (b) consegue mediar acções e ideais orientados tanto para o universal como para o particular, o global e o local, (c) é culturalmente antiessencialista e (d) é capaz de representar reportórios de complexidade variada de aliança, identidade e interesse (...) a imigração levaram à necessidade de relações muito próximas entre pessoas diferentes (Cohen, 2005)

Em oposição ao novo cosmopolitismo dos ‘bem sucedidos’ tem-se a guetização dos ‘que ficam’. Os guetos, não obstante suas múltiplas formas e possibilidades, podem ser ordenados segundo duas macro distinções: os guetos ‘voluntários’ e os ‘verdadeiros’. Em linhas gerais, os guetos caracterizam-se pelo confinamento espacial, combinado com a ideia de fechamento social, ou seja, a construção de uma homogeneidade dos ‘de dentro’ e de uma heterogeneidade dos ‘de

¹⁶ Para Maingueneau (1997, p.33) ‘este termo designa menos um campo delimitado de investigação do que um certo modo de considerar a linguagem: este ultimo não é aí considerado um estrutura arbitrária, mas a actividade de sujeitos inseridos em contextos determinados’. Ainda, ‘ as formas de representação de discursos de outros são apenas uma das manifestações de uma propriedade constitutiva de qualquer discurso que representa trabalho a partir de outros discursos, negociação permanente da sua própria fronteira’ (id, p.37)

fora'. A diferença entre ambos está no fato de que, enquanto nos guetos voluntários as pessoas 'querem ficar' (condomínios fechados), nos guetos verdadeiros as pessoas 'não podem sair' (favelas).

Ainda, nesse aspecto, os imigrantes indocumentados formariam algo que poderíamos chamar de um 'gueto virtual', por duas características: (a) não há um espaço específico/delimitado onde se inserem, são difíceis de se localizar, pois estão dispersos/invisíveis, [aos órgãos reguladores oficiais], por toda a cidade, por toda a vila, e (b) ao contrário dos guetos verdadeiros, onde as pessoas 'não podem sair', nos 'guetos virtuais' os imigrantes tem extrema mobilidade. Porém, em todos os casos, o isolamento, perpetua e exacerba-se dia a dia. No caso do gueto voluntário ocorre a ampliação da individualização, no caso do gueto verdadeiro, a partilha do estigma da humilhação 'ficar ao lado do 'lixo humano' só faz aumentar a vontade de não estar ali. Assim, a vida no gueto não sedimenta uma 'comunidade'. Nesse aspecto, no caso do gueto virtual, a 'desgeograficação' oculta/maquia o estigma¹⁷ da humilhação produzindo uma mascara de individualização que espelha a falsa sensação de se estar num gueto voluntário, mas que, por ser falsa não tem força para sedimentar uma 'comunidade', porém, tem força suficiente para sedimentar a construção de uma homogeneidade dos 'de dentro' ('bons' brasileiros) e de uma heterogeneidade dos 'de fora' ('outros' brasileiros e comunidade local), constituindo assim uma 'outra' diáspora.

Todo projecto migratório envolve uma carga de riscos¹⁸. No caso da imigração indocumentada os riscos são triplicados e extremamente altos para todos os envolvidos, pois envolvem a estabilidade económica da família¹⁹, a segurança do imigrante, sua inserção laboral, seu ingresso no grupo receptor, e, a realização dos

¹⁷ Goffman (1988) define estigma como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Atributo seria os meios de categorizar as pessoas, tanto negativamente, como afirmativamente e estereótipo seria a identificação do indivíduo a esse atributo. Quando os indivíduos se apresentam com atributos que os distingue dos outros e que, através deles se tornam pessoas diminuídas ou socialmente inferiores, eles são portadores de estigmas. O que parece gerar um indivíduo inabilitado para o exercício de seus papéis sociais e com dificuldade de aceitação social plena. O conceito de estigma discute o processo formativo e as formas de auto enxergar-se e ser visto pelo social mais amplo, ou por um outro indivíduo ou grupo particular, como um indivíduo marcado e que deve ser evitado ou submetido a um olhar piedoso.

¹⁸ Para Beck (1992,p.21) "o conceito de risco esta directamente ligado ao conceito de modernização reflexiva. O risco pode ser definido como uma maneira sistemática de lidar com os acasos e as inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização". Este autor pensa a questão do risco a partir da globalização e dos riscos da civilização, afirmando que os riscos vem de todo lado, não sendo possível ao sujeito vier as margens dele.

¹⁹ Não é raro a família vender objectos, tv, moto, telefone, fazer empréstimos com bancos ou agiotas para financiar a viagem do migrante.

objectivos do projecto migratório, objectivos que se entrelaçam simultânea e complexamente.

Neste contexto, é possível observar-se que a dinâmica social que transforma os locais pelos quais os migrantes se deslocam, faz com que estes sejam apreendidos a partir de uma territorialidade redefinida quotidianamente²⁰.

As abordagens iniciais propiciaram observar que para os imigrantes indocumentados as redes sociais preexistentes são um factor de extrema importância na decisão da escolha do país de destino. São o elemento forte que, frente a factores como: falta de documentos, de emprego, baixos salários, problemas familiares, falta de perspectivas, respondem ao impacto político económico e impulsionam a decisão de imigrar e nos transporta ao apontado por Portes (1999) ‘as correntes migratórias em geral dirigem-se de países periféricos para aqueles países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações’. Assim, a decisão pode se formar e concretizar em poucos meses, mesmo para sujeitos que anteriormente sequer imaginavam sair de sua cidade para outra região do Brasil. Ainda, a opção por ‘sair do Brasil’ ao invés de sair do estado ou região, inicial ou pretensamente, se dá sobre um cálculo de ‘custo e benefício’²¹ como me explicou Maria Helena numa de nossas conversas

você pensa assim: vai ficar longe da família, vai morar sozinha, não conhece ninguém, não tem casa, não tem emprego e vai ter que começar do zero, então.... Se é pra ser assim, vai pra Europa, onde no fim do mês pelo menos o dinheiro aparece. Não adianta nada ir pra uma capital, ir pra Manaus, pro Tocantins, pró Mato Grosso, Acre ou sei lá – apesar que dizem que por lá tem muita coisa pra se fazer e dá pra ganhar dinheiro, mas é tão longe que você não vai ter dinheiro pra ver a família todo ano do mesmo jeito, e depois, já parece ‘sarampo’ todo mundo tem alguém da família ou algum conhecido que ta morando fora do Brasil, vira uma bola de neve, um ajuda o outro e vai indo’ (Maria Helena, Maio de 2005)²²

²⁰ Guattari fala no movimento de territorialização e desterritorialização, pois segundo ele, “... a espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios originais se desfazem ininterruptamente,” (1986, p.323) e se refazem conforme as necessidades quotidianas. Os três movimentos, desterritorialização, reterritorialização e territorialização perversa, se encontram distribuídos de forma circular o que indica sempre uma volta ao primeiro momento.

²¹ Num primeiro momento, quando inquirida sobre o motivo da imigração esta interlocutora aponta a questão económica, porém no capítulo um, registram-se detalhes de sua narrativa, que deixam transparecer alguns dos demais possíveis propulsores de sua decisão.

²² No capítulo um, seção: Os pés, analisarei as imagens ‘sarampo e bola de neve’ utilizadas por esta interlocutora para descrever o desenvolvimento e aumento da rede de imigrantes.

Os factores apontados por Maria Helena configuram a geografia, ora densa, ora ténue, que forma as redes transfronteiriças onde se movem os imigrantes indocumentados. Estas redes são constituídas prioritariamente em torno da possibilidade de inserção laboral, com um efeito directo na economia familiar do migrante.

Nesse cenário, onde se inter cruzam a complexidade dos processos de tomada de decisão, a necessidade de manutenção da produtividade das famílias, a deterioração ou inexistência dos direitos laborais para os imigrantes indocumentados, revela-se a necessidade de observar outro apontamento de Portes (1999) ‘o êxito do processo de adaptação depende menos daquilo que os imigrantes trazem consigo e mais de como são acolhidos pelo governo e sociedade receptoras’. No contexto da imigração indocumentada em uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada, os riscos relacionados à segregação, à exclusão, à intolerância, e a um possível aumento de conflitos devido à proliferação das novas estruturas de rede subterrâneas, não devem ser subestimados.

3. DADOS RECOLHIDOS: MUITOS CAMINHOS SE APRESENTAM

Tabela 1 – Estado de origem no Brasil

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
5 – Bahia	1	3,2	0	0	0	0	0	0
7 – Distrito Federal	1	3,2	1	3,1	0	0	0	0
8 – Espírito Santo	1	3,2	0	0	4	13,3	2	6,7
9-Goiás	5	16,1	5	15,6	0	0	4	13,3
11 –Mato Grosso	0	0	1	3,1	2	6,7	0	0
13 – Minas Gerais	15	48,4	1	3,1	4	13,3	6	20,0
16 –Parana	3	9,7	14	43,8	13	43,3	10	33,3
17 – Pernambuco	0	0	1	3,1	0	0	0	0
21 –Rio Grande do Sul	2	6,5	1	3,1	1	3,3	0	0
22 – Rondônia	0	0	3	9,4	0	0	0	0
24-Santa Catarina	0	0	1	3,1	1	3,3	4	13,3
25 –São Paulo	3	9,7	4	12,5	5	16,7	4	13,3
Total	31	100,0	32	100,0	0	0	0	0

Source: author's fieldwork, 2005/2006.

Tabela 2 - Sexo

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Feminino	12	38,7	14	43,8	16	53,3	19	63,3
2- Masculino	19	61,3	18	56,3	14	46,7	11	36,7
Total	31	100,0	32	100,0	30	100,0	30	100,0

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 3 – Estado Civil

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Solteiro	22	71,0	21	65,5	17	56,7	9	30,0
2 – Casado	6	19,4	10	31,3	6	20,0	7	23,3
3 – Divorciado	3	9,7	1	3,1	7	23,3	14	46,7
Total	31	100,0	32	100,0	30	100,0	30	100,0

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 4 – Faixa Etária

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1-16 a 18	1	3,2	0	0	0	0	0	0
2 – 18 a 25	11	35,5	12	37,5	5	16,7	6	20,0
3- 26a 30	9	29,0	11	34,4	5	16,7	5	16,7
4-31 a 35	5	16,1	5	15,6	10	33,3	7	23,3
5-36 a 40	3	9,7	3	9,4	6	20,0	3	10,0
6 – 41 a 45	0	0	0	0	4	13,3	5	16,7
7 -46a 50	2	6,5	1	3,1	0	0	4	13,3
Total	31	100,0	32	100,00	30	100,0	30	100,0

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 5 – Domínio da Língua

	Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%
1 – Fluente	9	28,1	2	6,7	1	3,3
2 – Compreende	23	71,9	10	33,3	26	86,7
3 – Não domina ou possui baixo domínio	0	0	18	60,0	3	10,0
Total	32	100,00	30	100,0	30	100,0

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 6 – Formação Escolar

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2- ensino fundamental completo	2	6,5	0	0	0	0	0	0
3. ensino fundamental II incompleto	1	3,2	1	3,1	0	0	0	0
4- ensino fundamental II completo	5	16,1	4	12,5	0	0	2	6,7
5 – ensino médio incompleto	4	12,9	2	6,3	0	0	8	26,7
6 – ensino médio completo	19	61,3	19	59,4	5	16,7	15	50,0
7- ensino superior incompleto	0	0	6	18,8	12	40,0	4	13,3
8 – ensino superior	0	0	0	0	7	23,3	1	3,3

(graduação) completo								
9 - Especialização	0	0	0	0	3	10,0	0	0
10 - Mestrado	0	0	0	0	3	10,0	0	0
Total	31	100,0	32	100,0	30	100,0	30	100,0

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 7 – Ocupação Principal

	Lisboa		Madria		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 – Empresários	2	6,5	0	0	0	0	0	0
5- Profissionais de nível técnico	1	3,2	1	3,1	0	0	0	0
9 – Trabalhadores da área administrativa	0	0	0	0	1	3,3	1	3,3
10- Trabalhadores ligados ao comércio	7	22,6	2	6,2	0	0	0	0
11 – Trabalhadores no ramo da alimentação	3	9,7	6	18,8	7	23,3	3	10,0
12 – Trabalhadores no ramo de higiene, beleza e estética	3	9,7	0	0	0	0	0	0
13- Trabalhadores nos serviços domésticos, limpeza e segurança	2	6,5	9	28,1	6	20,0	11	36,6
14- Trabalhadores ligados ao entretenimento	1	3,2	1	3,1	0	0	3	10,0
15- Trabalhadores ligados à construção civil	9	29,0	13	40,6	12	40,0	7	23,3
16 – Trabalhadores ligados a indústria pesada	2	6,5	0	0	0	0	5	16,7
19- Outras profissões sem qualificação	1	3,2	0	0	4	13,3	0	0
Total	31	100,0	32	100,0	30	100,0	30	100,0

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 8 – Horas de trabalho (semana)

	Lisbon		Madrid		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
20 a 40	0	0	14	43,8	2	6,7	3	10,0
41 a 60	13	41,9	15	46,9	10	33,3	20	66,7
61 a 80	14	45,2	1	3,1	18	60,0	7	23,3
81 a 100	4	12,9	0	0	0	0	0	0
Integral/interna*	0	0	2	6,3	0	0	0	0
	31	100,00	32	100,00	30	100,00	30	100,00

*Residem no trabalho.

Tabela 9 – Ocupação no país de origem (Brasil)

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Empresários	3	9,7	0	0	2	6,7	1	3,3
2-Profissionais com nível superior na área de saúde	0	0	0	0	1	3,3	0	0
3-Profissionais ligados a área acadêmica	0	0	0	0	7	23,3	1	3,3
4-Profissionais	0	0	0	0	1	3,3	0	0
5-Profissionais de nível técnico	4	12,9	0	0	3	10,0	0	0
9- Trabalhadores área administrativa	3	9,7	9	28,1	6	20,0	6	20,0
10- Trabalhadores ligados ao comércio	4	12,9	3	9,4	4	13,3	10	33,3
11 – Trabalhadores no ramo de alimentação	0	0	2	6,3	0	0	0	0
12- Trabalhadores no ramo de higiene, beleza e estética	4	12,9	0	0	0	0	0	0
13-Trabalhadores nos serviços domésticos	2	6,5			0	0	5	16,7
15- Trabalhadores ligados a construção civil	4	12,9	2	6,3	1	3,3	1	3,3
16-Trabalhadores ligados a indústria pesada	3	9,7	4	12,5	0	0	0	0
17- Trabalhadores de ofício	1	3,2	1	3,1	0	0	0	0
18- Trabalhadores ligados ao setor primário	1	3,2	1	3,1	0	0	0	0

19- Outras profissões sem qualificação	1	3,2	2	6,2	0	0	0	0
21- desempregados	0	0	0	0	0	0	4	13,3
22-Estudantes	1	3,2	4	12,5	5	16,7	2	6,7
Total	31	100,0	32	100,00	30	100,00	30	100,00

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 10 – Primeira razão da imigração

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 – Insatisfação e perda de perspectivas	0	0	0	0	3	10,0	0	0
2 – Imigração familiar	7	22,6	8	25,0	0	0	0	0
3 – Económica	24	77,4	23	71,9	27	90,0	30	100,00
6 – Ampliar horizontes	0	0	1	3,1		0	0	0
Total	32	100,0	32	100,0	30	100,00	30	100,00

Source: author's fieldwork, 2005/2006

Tabela 11 – Objectivos Atingidos

	Lisboa		Madri		Londres		Milão	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Amplamente	0	0	0	0	0	0	3	10,0
2-Parcialmente	15	48,4	24	75,0	13	43,3	16	53,3
3-Não foram atingidos	16	51,6	8	25,0	8	26,7	6	20,0
7 –não foi possível avaliar, pouco tempo	0	0	0	0	9	30,0	5	16,7
Total	31	100,0	32	100,0	30	100,00	30	100,00

Source: author's fieldwork, 2005/2006

REFERENCIAS

- APPADURAI, Arjun (1994) Disjuncture and difference in the global cultural economy, In, Patrick Willians and Laura Chrisman (eds) Colonial discourse and post-colonial theory, Columbia University Press:New York
- BASTOS, José G. P., BASTOS, Susana P. *Portugal multicultural: situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*, Lisboa: Fim de Século, 1999.
- BASTOS, José G. P., Portugal Europeu. *Estratégias identitárias dos portugueses*, Oeiras: Celta, 2000.

- CASTLES, Stephen. (2005) *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*. s.l., Fim de Século: Lisboa.
- CALAVITA, Kitty. (2004) Italy: economic realities, political fictions, and policy failures. In Cornelius. A., Tsuda, T., Martin, P.L., Hollifield, J.F., *Controlling Immigration – A Global Perspective*, 2ª ed. Stanford: Stanford University, pp. 345-380.
- COHEN, Ronald. 1978. “Ethnicity: Problem and Focus in Anthropology.” *Annual Review of Anthropology* 7: 379-403.
- COHEN, Robin. (2005) Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano. In Barreto, A. (org) *Globalização e Migrações*. Lisboa: ICS.
- CORNELIUS, Wayne. A. (2004) Spain: the uneasy transition from labor exporter to labor importer. In Cornelius. A., Tsuda, T., Martin, P.L., Hollifield, J.F., *Controlling Immigration – A Global Perspective*, 2ª ed. Stanford: Stanford University, pp. 412-413.
- GOFFMAN, Erving (1975) Estigma e igualdade social, In *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada [1963] Rio de Janeiro:Zahar Editores
- GUATTARI Felix & ROLNICK, Sueli. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HALL, Stuart. (2000) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____ (2003). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HORTA, Ana. P.B. (2004), *Contested Citizenship: Immigration Politics and Grassroots Migrants' Organizations in Post-Colonial Portugal*, Nova Iorque, Center for Migration Studies
- KING, R; RIBAS-MATEOS, N.(2005) Migração internacional e globalização no mediterrâneo. In,Barreto, A. (org) *Globalização e Migrações*. ICS:Lisboa.
- MACHADO, Igor J. R.(2003) *Cárcere Público: Processos de Exotização entre Imigrantes Brasileiros no Porto, Portugal*. Campinas, SP.
- PORTES Alejandro(1985).*Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis.
- _____ (1999) *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta.
- _____ (2001) Debates y significación del transnacionalismo de los inmigrantes. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano16, nº49, p. 469-483
- _____ (2004) Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 69, Outubro.
- _____ (2006) *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa:Fim de Século
- PORTES, Alejandro. e SASSEN, Saskia. (1987) Making in underground: comparative material on the informal sector in Western market economics. *American Journal of Sociology*, vol 39, nº 1
- SACHS, Ignacy.(2004) Exclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas, In, USP: *Estudos Avançados*, nº 51, vol. 18
- SALES, Teresa.(1994) Brasil migrante, Brasil clandestino. *São Paulo em perspectiva*, v.8, nº1.
- _____ (1999) *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez.

_____ (2005) Hard-working newcomers: brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. In, Barreto, A. (org) *Globalização e Migrações*. ICS:Lisboa
TECHIO, Kachia (2006 a) Imigrantes brasileiros não documentados: Uma análise comparativa entre Lisboa e Madri. *Socius Working papers*, nº 1

Quadro 1
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM PORTUGAL - POPULAÇÃO TOTAL E COM
NACIONALIDADE BRASILEIRA, 1975 A 2004

Anos	Autorizações de residência			Autorizações de permanência						TOTAL		
	Total	Brasil	%	Novas			Acumuladas			Total	Brasil	%
				Total	Brasil	%	Total	Brasil	%			
1975	31983	2848	8,9							31983	2848	8,9
1976	32032	3169	9,9							32032	3169	9,9
1977	35414	3359	9,5							35414	3359	9,5
1978	41807	3765	9,0							41807	3765	9,0
1979	47189	3425	7,3							47189	3425	7,3
1980	50750	3608	7,1							50750	3608	7,1
1981	54414	4349	8,0							54414	4349	8,0
1982	58674	5016	8,5							58674	5016	8,5
1983	67484	5870	8,7							67484	5870	8,7
1984	73365	6316	8,6							73365	6316	8,6
1985	79594	6804	8,5							79594	6804	8,5
1986	86982	7470	8,6							86982	7470	8,6
1987	89778	7830	8,7							89778	7830	8,7
1988	94694	9333	9,9							94694	9333	9,9
1989	101011	10520	10,4							101011	10520	10,4
1990	107767	11413	10,6							107767	11413	10,6
1991	113978	12678	11,1							113978	12678	11,1
1992	123612	14007	11,3							123612	14007	11,3
1993	136932	16168	11,8							136932	16168	11,8
1994	157073	18612	11,8							157073	18612	11,8
1995	168316	19901	11,8							168316	19901	11,8
1996	172912	20082	11,6							172912	20082	11,6
1997	175263	19990	11,4							175263	19990	11,4
1998	178137	19769	11,1							178137	19769	11,1
1999	190896	20887	10,9							190896	20887	10,9
2000	207607	22222	10,7							207607	22222	10,7
2001	223976	23439	10,5	126901	23899	18,8	126901	23899	18,8	350877	47338	13,5
2002	238944	24784	10,4	47657	11373	23,9	174558	35272	20,2	413502	60056	14,5
2003	250231	26559	10,6	9097	2648	29,1	183655	37920	20,6	433886	64479	14,9
2004	265361	28956	10,9	178	31	17,4	183833	37951	20,6	449194	66907	14,9

Fonte: INE/SEF

